

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS | 2016



www.tumg.pt



TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

Índice

Relatório de Gestão	3
Balanço	30
Demonstração de Resultados	31
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	32
Demonstração de Fluxos de Caixa	33
Anexo	34
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal de Contas	

**TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M.
Unipessoal, S.A.**

A. RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Nota Introdutória

A Tumg – Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a) O transporte de passageiros;
- b) A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

O presente relatório de gestão e contas, elaborado no cumprimento do disposto nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 15.º n.º1 alínea g) dos Estatutos da Empresa e no artigo 42.º n.º 1 alínea d) da citada Lei 50/2012, expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016.

Pretende ser uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Tumg, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2. Enquadramento Económico

2.1. A Nível Internacional

A economia mundial continua a revelar incertezas. Fatores como eleições, conflitos e as suas implicações para os países vizinhos, tendem a travar uma evolução ascendente: Muitos acontecimentos contribuem para a instabilidade dos mercados, designadamente as eleições legislativas na Alemanha, as presidenciais na França, em que se antecipa o regresso da direita ao poder, um novo presidente nos Estados Unidos e o longo conflito na Síria.

O choque do Brexit, acentuou o nível de incerteza, tendo levado a que o Fundo Monetário Internacional baixasse as previsões para a economia mundial em 2016 e 2017. Foram identificados riscos no sistema bancário europeu, especialmente nos bancos italianos e portugueses.

Christine Lagarde lembra que “as turbulências persistentes nos mercados financeiros e o aumento global de aversão ao risco podem ter graves repercussões macroeconómicas, nomeadamente a intensificação das dificuldades dos bancos, particularmente nas economias vulneráveis”.

O Fundo aponta para um crescimento mundial de 3,1% em 2016, 0,1 abaixo do previsto nas projeções anteriores, ou seja a um ritmo idêntico ao de 2015. Para 2017 é esperada uma aceleração, mas menor do que era estimada: um crescimento de 3,4%, em vez de 3,3%.

Depois de um crescimento de 2,2% em 2015, a economia britânica deverá crescer 1,7%, em vez dos 1,9%. Para 2017, o corte nas previsões é bem mais acentuado, prevendo-se que a economia cresça 1,3%, quando anteriormente se apontava para uma aceleração até aos 2,2%.

Em relação à zona euro, para 2016 as previsões até são ligeiramente melhores do que aquilo que o FMI projetou, mas as expectativas para 2017 são mais pessimistas. O cenário previsto é de um crescimento de 1,6% em 2016, 0,1 acima do anteriormente projetado, mas com a perspectiva de abrandamento em 2017 para os 1,4%, menos 0,2 do que a previsão anterior.

Quanto às duas principais economias europeias integradas na moeda única, o FMI reviu em alta a previsão para 2016 e baixou a de 2017: a Alemanha deverá apresentar um crescimento do PIB de 1,6%, abrandando em 2017 para 1,2%.

Em França o Fundo espera uma progressão de 1,5% este ano seguindo-se uma desaceleração para 1,2% no próximo.

Para a instituição liderada por Christine Lagarde, “o crescimento global, já lento, vai ressentir-se, colocando o ónus aos decisores políticos de fortalecerem os sistemas bancários e delinearem planos” para com as chamadas “reformas estruturais” que o FMI considera “muito necessárias”.

O crescimento dos Estados Unidos também foi revisto em baixa para 2016, passando dos 2,4% para 2,2%. Para 2017 a previsão mantém-se igual, com uma aceleração para 2,5%. O crescimento da China deverá ser de 6,6% em 2016 e de 6,2% em 2017.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) vê a evolução da economia mundial com um ritmo de crescimento mais lento, num ambiente de taxas de juro baixas com riscos para o sistema financeiro e desaceleração económica nos Estados Unidos, zona euro e países emergentes.

Ángel Gurría, Secretário-geral da Organização, baixou as previsões de crescimento globais para 2016 e 2017, alertando para os sinais mais fracos no comércio e para os riscos de instabilidade financeira. A economista-chefe da OCDE, Catherine Mann, alerta para a possibilidade do abrandamento prolongado poder tornar-se numa “armadilha de baixo-crescimento”, com reflexos no comércio, investimento, produtividade e salários.

Catherine Mann apelou para que haja um resposta global para aumentar a procura, ao considerar “muito preocupante a ausência de apoio político a favor de políticas comerciais cujos benefícios seriam largamente partilhados”.

A instituição defende que os governos com margem orçamental possam ir mais longe nos estímulos à procura, sem descurarem a aplicação de “reformas estruturais”.

A OCDE defende que os países devem procurar que os “ganhos da globalização sejam amplamente partilhados” e que as medidas voltadas para o crescimento global reduzem os riscos sobre o sistema bancário.

Quanto à EU, Catherine Mann, refere que “a política orçamental da zona euro também deve fazer mais para apoiar o crescimento, flexibilizando a aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE e excluindo despesa do investimento líquido das regras orçamentais”.

Depois de uma variação de 3,1% no ano passado, a OCDE prevê que o PIB mundial avance 2,9% em 2016. Para 2017, a organização já espera que a atividade económica mundial acelere (3,2%), mas menos do que inicialmente previsto.

Para os Estados Unidos o corte na previsão foi mais acentuado. O crescimento previsto é de 1,4% em 2016.

Para 2017 aquela Organização projeta uma aceleração da atividade económica, para 2,1%, mas também inferior às expectativas iniciais.

Para a região do euro, a OCDE está a projetar um crescimento de 1,5%, revisão em baixa ao valor inicialmente previsto. As perspetivas para 2017 continuam a ser de abrandamento económico, com o PIB a progredir 1,4%.

Quanto à Alemanha, a OCDE está mais otimista, prevendo que cresça 1,8% em 2016, mas mais pessimista em relação a 2017, em que a principal economia do euro deverá desacelerar. Para França e Itália, as previsões foram revistas em baixa tanto para 2016 como para 2017. A organização conta que a economia francesa cresça 1,3% em 2016 e mantenha o mesmo ritmo em 2017. Para a Itália, aponta para um crescimento de 0,8% em 2016 e 2017.

Fatores como o abrandamento dos Estados Unidos e das principais economias europeias, nomeadamente o Reino Unido, levam a OCDE a rever em baixa as suas projeções, reforçados também pela desaceleração que se assistiu no comércio com a Ásia em 2016 e as “distorções do sistema financeiro que ensombram as perspetivas de crescimento”. Segundo a OCDE, a “ligeira revisão em baixa” das perspetivas mundiais é reflexo da redução das previsões nas principais economias desenvolvidas, nomeadamente o Reino Unido em 2017, compensada por uma melhoria progressiva da atividade dos principais produtores de matérias-primas.

Para o Reino Unido, a instituição associa o abrandamento económico ao resultado do "Brexit". A incerteza continua a ser extremamente elevada e os riscos são claramente negativos, prevendo-se que o Reino Unido cresça "muito abaixo do ritmo dos últimos anos".

A OCDE considera que "as taxas de juro excepcionalmente baixas – e nalguns casos negativas – estão a distorcer os mercados financeiros e a acentuar os riscos no sistema financeiro. A desconexão entre a alta dos preços das obrigações e ações, e entre a deterioração de resultados e expectativas de crescimento, conjugada com o sobreaquecimento dos mercados imobiliário em muitos países, aumenta a vulnerabilidade dos investidores" caso se verifique uma forte correção dos preços dos ativos.

2.2. A Nível Nacional

Os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em fevereiro 2017, mostram que o PIB português cresceu 1,9% nos últimos três meses do ano em comparação com o mesmo período de 2015. Significa que na totalidade do ano, o PIB aumentou 1,4%, um resultado que supera as projeções mais recentes dos credores internacionais, uma vez que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia antecipavam um aumento de 1,3% no ano de 2016, bem como do Governo português (1,2%).

No entanto este valor fica duas décimas abaixo do registado em 2015 e aquém da meta inicialmente traçada pelo Governo no Orçamento do Estado (1,8%).

Em média os economistas esperavam uma variação anual de 1,3%.

Para esta aceleração, O INE aponta um maior contributo da procura interna, ou seja, uma recuperação do investimento e um "crescimento mais intenso" do consumo das famílias.

A aceleração no final do ano, de acordo com aquele Instituto, deveu-se ao facto da economia começar "a responder a um conjunto de medidas que tinham sido tomadas pelo Governo", nomeadamente com o fim faseado dos cortes salariais na Função Pública.

As previsões da Comissão Europeia revelam que a aceleração da atividade económica se manterá na primeira metade de 2017, com crescimentos homólogos de 2% em cada um desses dois trimestres, seguindo-se uma descida.

Os técnicos do Fundo Monetário Internacional continuam descontentes com as reformas estruturais realizadas e preocupados com o nível de endividamento público e privado no país.

No relatório da quinta avaliação pós programa da troika que fez a Portugal no final de 2016, o FMI revê em alta de 1% para 1,3% a sua estimativa de crescimento para 2016, apontando para um valor que fica já ligeiramente abaixo da primeira estimativa inicial de 1,4% apresentada entretanto pelo Instituto Nacional de Estatística.

O FMI, tal como fez nos quatro relatórios anteriores produzidos desde a saída da troika de Portugal, volta a projetar “um crescimento modesto no médio prazo”. Essa expectativa traduz-se num crescimento do PIB em 2017 idêntico ao da estimativa para 2016 (1,3%), valor este que se situa abaixo dos 1,5% projetados pelo Governo em Outubro passado (estando já a ser preparada uma revisão em alta para a apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento em Abril) e dos 1,6% previstos pela Comissão Europeia.

Para 2018 e 2019, o FMI prevê uma desaceleração para um crescimento anual de 1,2%, tendência que se mantém para 2020 (1,1%) e 2021 (1%).

A falta de confiança do FMI em relação ao potencial de crescimento em Portugal está relacionada com os níveis de endividamento elevados que se registam tanto no sector público como privado e, principalmente, com aquilo que o Fundo defende ser o “congelamento” das reformas estruturais no país. O FMI aconselha que seja dada prioridade às reformas mais proximamente alinhadas com divergências estruturais críticas em termos macro, com impacto no mercado de trabalho e na competitividade das exportações.

O Fundo defende uma maior flexibilidade na legislação laboral e nas políticas que permitam às empresas serem mais competitivas em termos de custos.

A OCDE reconhece que Portugal está a recuperar da crise e está a resolver alguns dos seus desequilíbrios fundamentais. Reconhece que as reformas estruturais aplicadas no passado estão a surtir efeito

Contudo alerta que ainda existem dificuldades por resolver, tais como os baixos níveis de investimento, a baixa qualificação da força de trabalho, o aumento das desigualdades e da pobreza, o crédito malparado,

os riscos da elevada dívida portuguesa, a eficácia dos impostos sobre o consumo e a morosidade dos procedimentos de insolvência.

Para 2017, a OCDE espera uma estagnação da economia. Enquanto o Governo prevê uma taxa de desemprego abaixo dos dois dígitos, a Organização antecipa uma taxa de 10,1% tanto em 2017, como em 2018.

A OCDE deixa recomendações para diferentes setores de atividade e de diferentes âmbitos. Sugestões essas sobre as políticas macroeconómicas, o ambiente de investimento e o reforço das competências da força de trabalho, tais como manter as reformas estruturais, continuar a consolidação orçamental de forma gradual para não comprometer a retoma económica, reduzir os benefícios fiscais, taxas reduzidas e despesas fiscais, reforçar os incentivos à redução do crédito malparado, ter prudência nos aumentos do salário mínimo, reforçar o investimento, melhorar as regras de insolvência, melhorar as qualificações, entre outras.



3. Análise da Atividade e da Posição Financeira

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o principal intuito de servir a população da Marinha Grande.

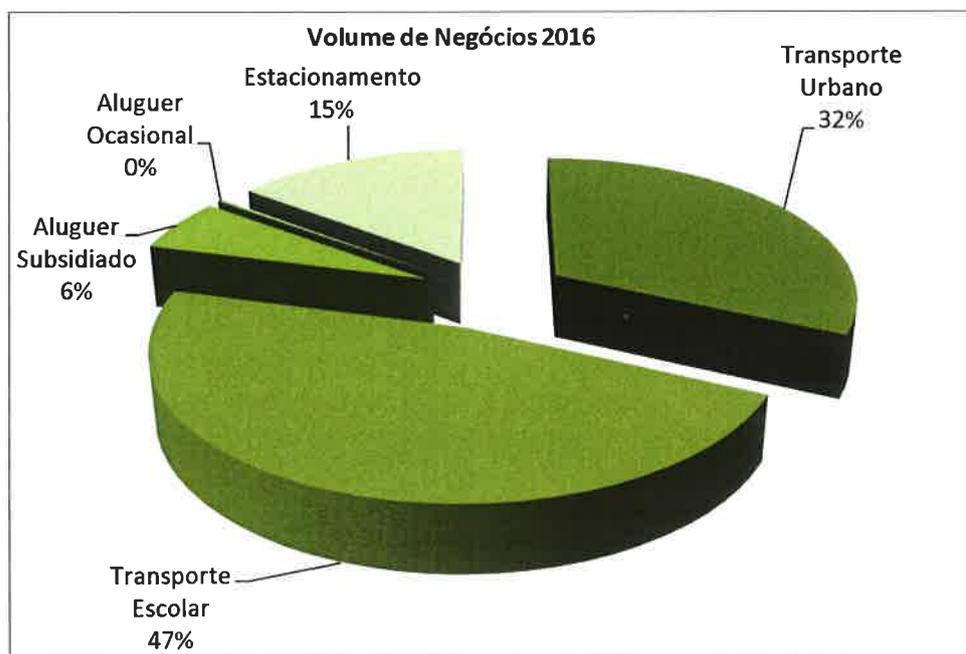
Em 2016, a Tumg obteve resultados positivos, tendo inclusivamente registado um aumento do número de utilizadores dos transportes urbanos.

No exercício de 2016, a Tumg obteve um resultado positivo, o qual reflete a continuação do esforço conducente à contenção de gastos e a assunção de medidas de redução de custos, através da gestão criteriosa dos ativos da empresa, perspetivando o seu equilíbrio financeiro.

O volume de negócios atingiu um valor de 441.799,85 €, tendo obtido o resultado líquido positivo de 10.124,01 €.

Volume de Negócios – 2016	
Transporte Urbano	141.279,77
Transporte Escolar	208.184,60
Aluquer Subsidiado	26.491,90
Aluquer Ocasional	1.321,32
Estacionamento	64.522,26
Total	441.799,85

O volume de negócios traduz-se na contribuição líquida de cada sector de atividade, conforme apresentado no gráfico seguinte:




O n.º do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece os seguintes critérios de solvabilidade das empresas locais:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos devem cobrir, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante deve ser inferior a 50% das suas receitas;
- c) Nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações deve ser positivo;
- d) Nos últimos três anos, o resultado líquido deve ser positivo.

Nesta matéria, a Tumg cumpre uma vez mais com todos os critérios legalmente exigidos pela referida Lei.

3.1. Transporte Urbano

A Tumg continua a garantir a função social deste segmento de atividade, pelo que, pelo sexto ano consecutivo, e por orientação direta do acionista, não se verificou qualquer aumento no tarifário dos transportes urbanos, considerando a atual conjuntura económica nacional, em que se registou uma melhoria das condições do mercado de trabalho embora num contexto de crescimento moderado, tanto da atividade económica como dos salários.

Tarifário		Preço Unitário
TÍTULOS DE TRANSPORTE		
Passe	Geral	€ 15,0
	Jovem	€ 7,50
	Sénior	€ 7,50
Pré-Comprado	10 viagens	€ 5,00
Bilhete de 1 viagem		€ 0,80
1/2 bilhete de 1 viagem		€ 0,40

Nos transportes urbanos da Marinha Grande, a terceira idade e a população escolar evidenciam os maiores índices de utilização, sendo que para estes segmentos etários, o preço do passe é subvencionado, o que se traduz em tarifas socialmente acessíveis mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, pelo que o subsídio à exploração foi calculado de modo a garantir a cobertura do deficit de exploração.

Nesta matéria, não existem quaisquer apoios por parte da Administração Central.

Nos próximos gráficos e tabelas estão representados o nº de passageiros transportados mensalmente e por linha, que se traduzem no nº de viagens (validações) registadas pelo sistema de bilhética. Da sua análise, constata-se um aumento do nível de utilização dos transportes urbanos, face ao ano anterior: Em termos absolutos e face a 2015, registámos um aumento global de 4,82% no número de viagens (validações), que representa um acréscimo de 17.885 viagens.



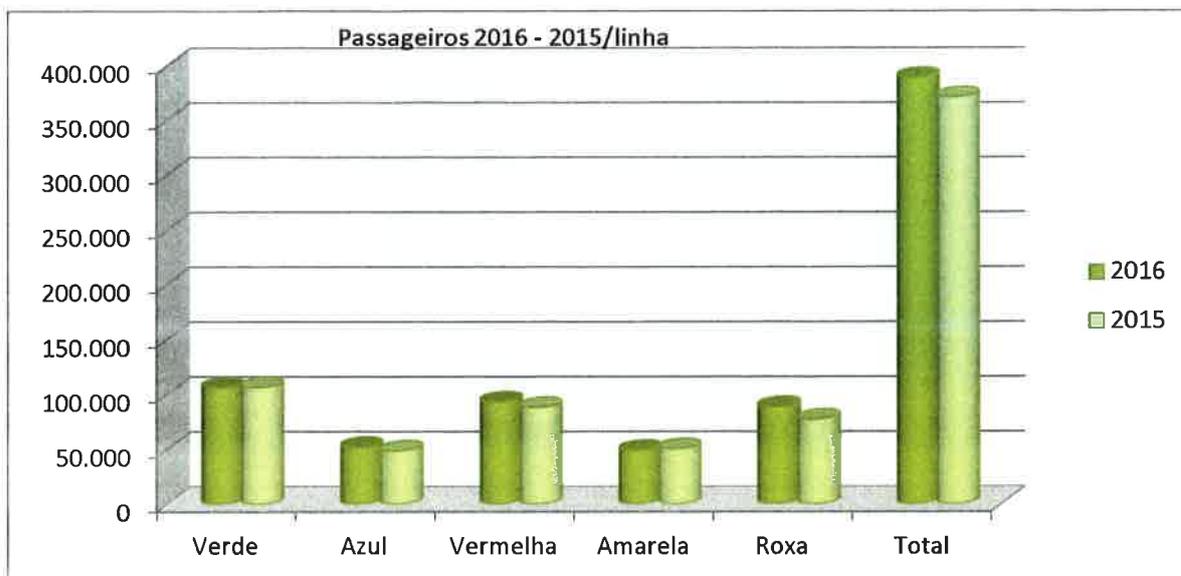
Passageiros 2016

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
25.744	28.730	33.488	36.719	36.066	30.342	26.978	25.366	35.497	39.489	39.211	31.275	388.905

Nº Validações

Linha	2016	2015	Varição
Verde	106.183	106.500	
Azul	51.947	48.674	
Vermelha	93.067	88.106	
Amarela	49.062	50.484	
Roxa	88.646	77.256	
Total	388.905	371.020	+4.82%





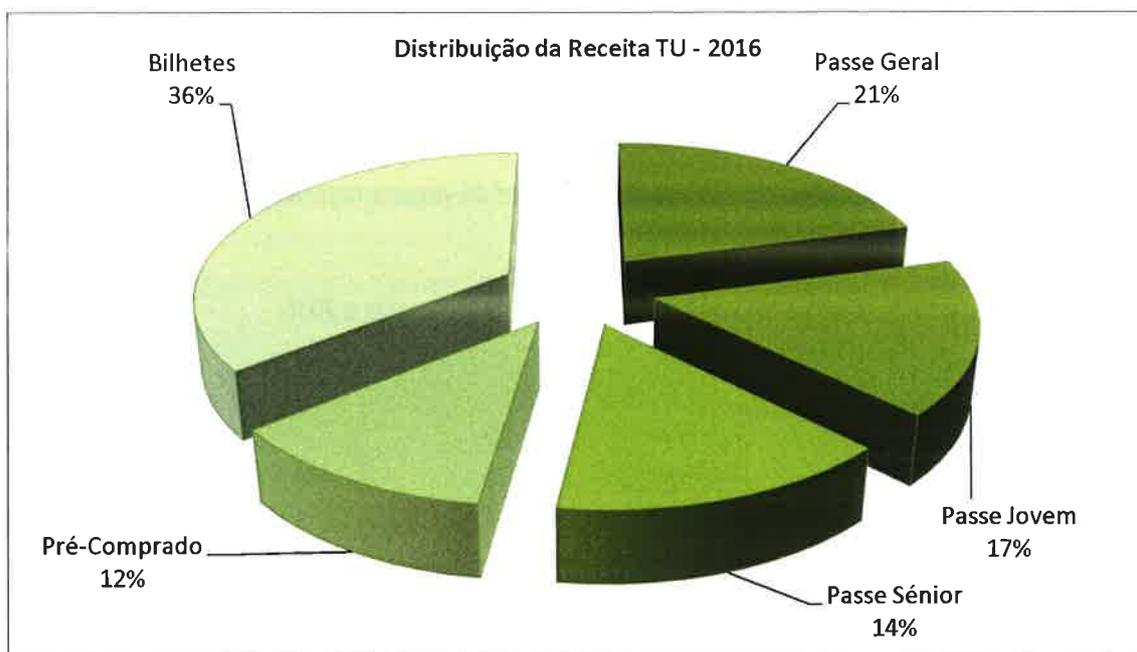
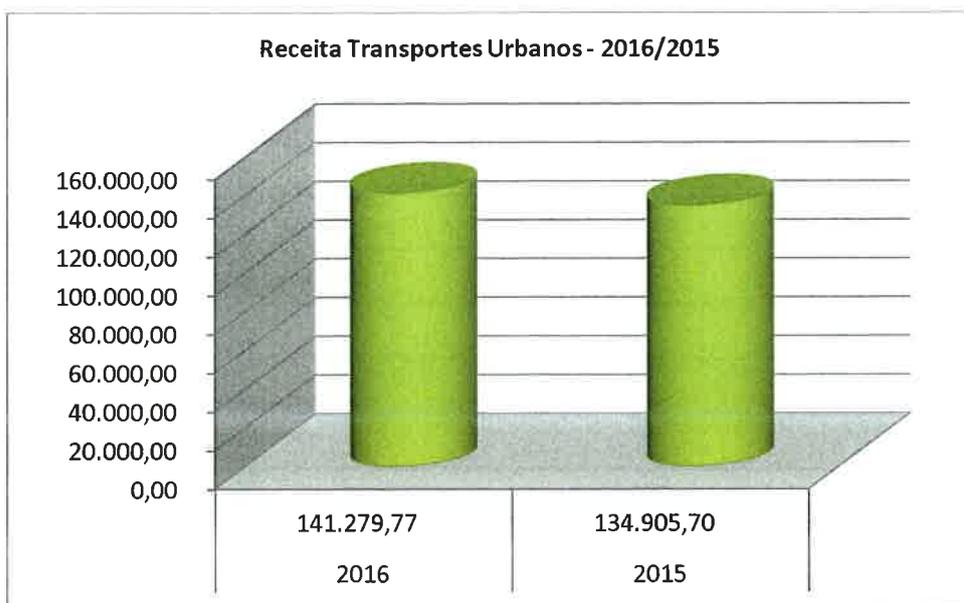
As linhas azul, vermelha e roxa, foram as que registaram um aumento do índice de utilização. As restantes não sofreram alterações significativas quanto ao nº de viagens registadas.

A receita dos transportes urbanos teve a seguinte variação relativamente a 2015:

Receita Transportes Urbanos

Ano	Valor	Variação
2016	141.279,77	+ 4,72 %
2015	134.905,70	





Receita Transportes Urbanos por Título de Transporte

Título de Transporte	Passe Geral	Passe Jovem	Passe Sénior	Pré-Comprado	Bilhetes	Total
2016	29.441,81	23.592,30	20.720,18	16.847,20	50.678,28	141.279,77
2015	26.915,97	27.135,28	21.750,19	5.848,94	53.255,32	134.905,70
Variação	+ 2.525,84	- 3.542,98	- 1.030,01	+ 10.998,26	- 2.577,04	+ 6.374,07
	+ 9,38 %	- 13,06 %	- 4,74 %	+ 188,04 %	- 4,84 %	+ 4,72 %

Handwritten signature and stamp

A par do aumento global de 4,82% no número de viagens (validações) em 2016, verifica-se que a receita também sofreu um aumento na ordem dos 4,72%.

Da análise do quadro infra, verifica-se que os bilhetes pré-comprados registaram um aumento de 188,04% e os passes gerais registaram um incremento na ordem dos 9,38%.

Quanto aos passes jovens, a diminuição de 13,06% da receita deste título de transporte, relaciona-se diretamente com o esforço de racionalização dos transportes escolares que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município, privilegiando a atribuição de transporte escolar à população estudantil, em detrimento do passe jovem para utilização nos transportes urbanos.

Comparando o número de viagens (validações) registadas em 2016 e em 2015, constata-se uma diferença de mais 17.885 validações, que em termos de receita se traduz num aumento de 6.374,07 €.

3.2. Estacionamento

O gráfico seguinte revela um aumento da receita proveniente do estacionamento de duração limitada em 2016, face ao período homólogo, na ordem dos 7,70%:

Ano	Valor (€)	Variação
2016	79.362,38	+ 7,70%
2015	73.686,95	

Nota: Os valores traduzem todas as recolhas efetuadas até 31.12.2016, c/ IVA incluído



O incremento da receita deste segmento de atividade é o reflexo do aumento do índice de utilização e não do aumento do tarifário, o qual não sofreu quaisquer alterações, mantendo-se em vigor as tarifas aprovadas em 2011, aquando da implementação do estacionamento de duração limitada no Concelho da Marinha Grande:



FRACÇÃO	1ª	
	Valor (€)	Duração (min)
1ª	0,15 euros	15 minutos
	0,20 euros	30 minutos
	0,30 euros	45 minutos
	0,40 euros	60 minutos
2ª	0,55 euros	75 minutos
	0,70 euros	90 minutos
	0,85 euros	105 minutos
	1,00 euros	120 minutos
3ª	1,20 euros	135 minutos
	1,40 euros	150 minutos
	1,60 euros	165 minutos
	1,80 euros	180 minutos



3.3. Transporte Escolar

Em 2016, o transporte escolar representou 47% do volume de negócios da Tumg, enquanto que em 2015, essa percentagem atingiu 51%.

Analisando os mapas e gráficos seguintes, constata-se que o valor da receita obtida com os transportes escolares representa um resultado inferior face a 2015, na ordem dos 12,44%, o que em termos absolutos de traduz numa diminuição da receita, no valor de 29.586,72 €.

Lembramos que o modelo de exploração deste segmento de atividade foi alterado em 2016, de acordo com as necessidades manifestadas pelo acionista. Desde janeiro de 2016, apenas uma viatura pertencente à frota da Tumg integra os transportes escolares, a qual garante o circuito de transporte escolar da Moita, dá apoio ao transporte dos alunos para os locais de refeição e às atividades desportivas e culturais desenvolvidas pelos Agrupamentos escolares e Município.

Consideramos ser importante esclarecer os moldes legais em que esta prestação de serviço de serviço é assegurada:

Por via de regra, sempre que a Administração Pública, e em particular as Autarquias Locais, pretende contratar o fornecimento de determinados bens e serviços deve dirigir-se ao mercado para efetuar a escolha do seu parceiro contratual, respeitando os princípios comunitários e nacionais em matéria de contratação, como são o princípio da concorrência, o princípio da transparência, o princípio da legalidade, entres outros. Esta exigência decorre das normas comunitárias. No entanto, é o próprio Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias que reconhece à Administração, onde se incluem as Autarquias Locais, quando verificados determinados pressupostos, “a possibilidade de cumprir as tarefas de interesse público (...) pelos seus próprios meios”. E aqui surge o conceito de contratação “*In House*”.

Trata-se de um instituto com génese na jurisprudência comunitária e que se encontra consagrado, presentemente, no ordenamento jurídico português, no artigo 5.º, n.º 2, do CCP, que prevê que a Parte II do CCP não é aplicável desde que:

- " a) A entidade adjudicante exerça (no caso, o Município da Marinha Grande) sobre a atividade desta (da Tumg), isoladamente ou em conjunto com outras entidades adjudicantes, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços; e
- b) Esta entidade (a Tumg) desenvolva o essencial da sua atividade em benefício de uma (Município da Marinha Grande) ou de várias entidades adjudicantes que exerçam sobre ela o controlo análogo referido na alínea anterior".



Na base da relação “*in house*” está o reconhecimento de que as entidades adjudicantes podem optar livremente por desenvolver as tarefas de que estão incumbidas pelos seus próprios meios, estando dispensadas de observar procedimentos pré-contratuais não apenas nas situações em que recorram aos respetivos serviços despersonalizados, mas também quando se sirvam para tal efeito de entidades por si criadas, no exercício da sua liberdade de auto-organização, e que, não obstante serem formal e juridicamente distintas da entidade-mãe por estarem dotadas de personalidade jurídica própria, em termos materiais, devam considerar-se uma sua “*longa manus*”.

De acordo com o artigo 5º dos Estatutos da empresa, constitui atribuição da Tumg: “Assegurar a prestação de serviços ao Município da Marinha Grande em função dos meios disponíveis para o efeito, designadamente em matéria de transportes escolares”.

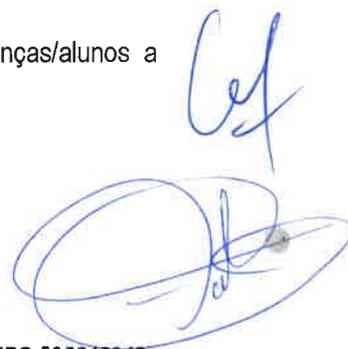
Por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os valores contratualizados em resultado da consulta ao mercado e subsequentemente com o acionista, sofreram uma redução significativa, em virtude do estatuido neste diploma, que proíbe a prática de preços superiores aos preços de mercado. Resulta que a diminuição da receita proveniente desta área de atividade é consequência da redução de preços, por imposição do próprio mercado, e não da redução do índice de utilização do serviço, porquanto a Tumg continua a assegurar o transporte das crianças e jovens do Município da Marinha Grande, entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino, entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição e entre os estabelecimentos de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar, com inclusão de transporte de crianças com necessidades educativas especiais.

As propostas apresentadas pela Tumg ao Município têm sido sempre baseadas em procedimentos concursais, logo decorrem de preços que resultam do mercado.

Uma vez que os procedimentos concursais visam apenas a contratação dos meios operacionais para a prestação do serviço, não contemplando por isso todas as tarefas necessárias à sua concretização, têm sido apurados os preços médios de mercado que resultam das propostas apresentadas pelos concorrentes. O preço médio de mercado visa cobrir os custos administrativos complementares à execução do contrato.

As tarefas a executar pela Tumg que integram a componente administrativa traduzem-se no seguinte:

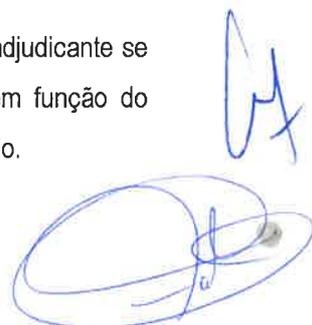
- Elaboração dos percursos de cada autocarro, em função do número de crianças/alunos a transportar por cada ano letivo e por escola:
 - Os percursos devem considerar:
 - O horário de entrada das crianças/alunos
 - O local de residência das crianças/alunos



- O horário da interrupção para almoço (variável de escola para escola)
- Os horários das atividades complementares (CAF, AAF's, natação e psicomotricidade)
- Intermediação entre as escolas e a Câmara Municipal
 - Atualização permanente dos percursos, de acordo com as necessidades manifestadas pelas escolas/Câmara;
 - Dar resposta às solicitações de alterações e às necessidades pontuais de transporte;
 - Gestão de pedidos de transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar (visitas pontuais a: bibliotecas, museus, castelos, atividades lúdicas, quintas pedagógicas e temáticas, empresas, instituições);
 - Elaboração de mapas com circuitos específicos e pontuais (datas comemorativas e eventos direcionados), com o número de crianças/alunos e a sua distribuição pelos autocarros e escolas, em articulação com os horários de cada escola);
 - Contacto com os motoristas a fim de prestar esclarecimentos ou dar indicações pontuais sobre o serviço
- Rececionar e tramitar reclamações do serviço, provenientes de Pais, Encarregados de Educação, Alunos e Professores.
- Controlo da execução do serviço:
 - Elaboração de mapas contabilísticos com a informação sobre os dados de execução do contrato;
 - Faturação do serviço efetivamente prestado, dependente do número de dias e do número de autocarros utilizados;
 - Elaboração de mapas estatísticos com o número de crianças/alunos transportados em cada horário dos respetivos percursos.

Para a proposta de 2016, a Tumg após lançar o procedimento concursal, com base nas necessidades manifestadas pelo acionista, adotou o preço mais baixo de mercado, tendo incorporado os custos administrativos em que incorre na execução do contrato, com base na contabilidade analítica da empresa, auditada e certificada. Estão refletidos os custos diretos e indiretos da atividade.

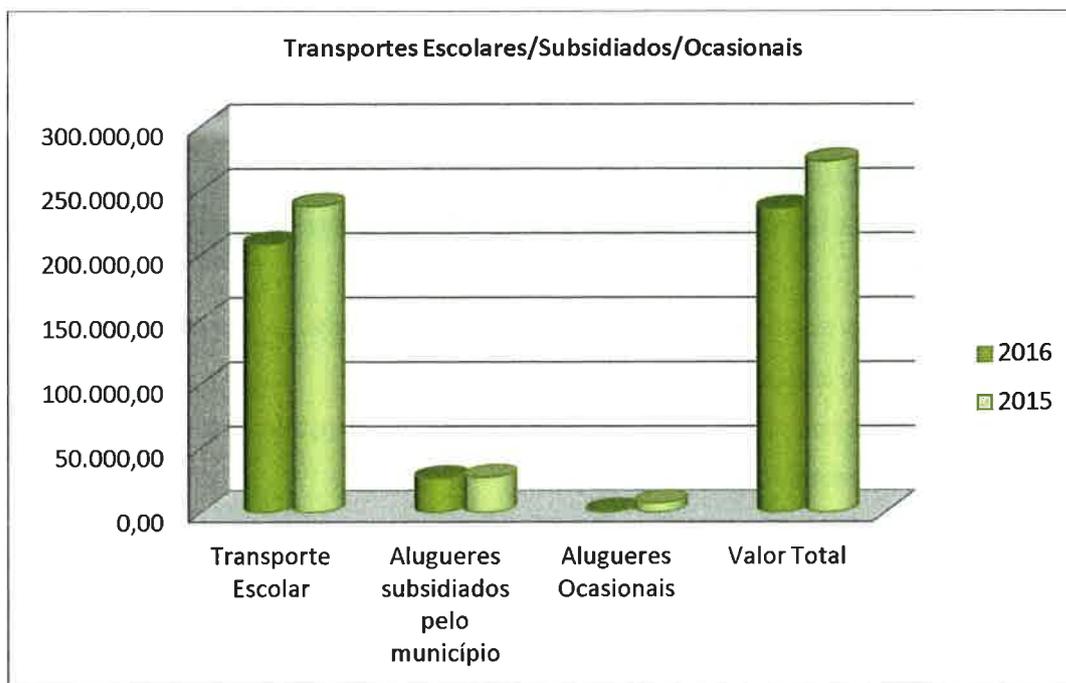
Importa ainda referir que o valor contratual corresponde ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação do serviço, nos termos das necessidades calculadas em função do calendário escolar, no entanto a faturação fica condicionada ao serviço efetivamente prestado.



Transporte	2016	2015	Variação
Transporte Escolar	208.184,60	237.771,32	- 12,44%
Alugueres subsidiados pelo município	26.491,90	27.359,50	- 3,17%
Alugueres Ocasioneis	1.321,32	7.421,14	- 82,20%
Total	235.997,82	272.551,96	- 13,06%

Relativamente à receita proveniente dos transportes subsidiados pelo Município, o valor obtido em 2016 revela um ligeiro decréscimo de -3,17%, face ao valor alcançado em 2015.

No que se refere aos transportes ocasionais (efetuados diretamente pela Tumg a solicitação de várias entidades) regista-se uma diminuição em termos absolutos de -6.099,82 €, quando comparado com o resultado alcançado em 2015, consequência da diminuição da procura, justificável pela diminuição dos preços praticados por operadores privados.



4. Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2016, a empresa integrava no seu quadro seis trabalhadores efetivos, sendo três em regime de cedência de interesse público, pelo município, e 3 trabalhadores com contrato de trabalho a

termo certo, cuja contratação resultou da alteração do modelo de exploração do segmento dos transportes urbanos, num total de 9 trabalhadores

No início de 2016, passaram a integrar o quadro de pessoal da Tumg, mais 3 trabalhadores com a categoria de motoristas. A necessidade desta contratação assenta no seguinte:

- Investimento realizado em 2015 com vista a alcançar uma autonomização progressiva quanto aos meios humanos e materiais necessários para garantir a prestação do serviço dos transportes urbanos, tendo a Tumg adquirido 2 autocarros novos, acrescidos dos 3 de que já era proprietária. Atualmente estamos a operar neste segmento de atividade com cerca de 44% de meios próprios.

NOME	CARGO	VINCULO
Maria de Fátima Malesso Cardoso	Administradora	Acordo de Cedência de Interesse Público
Paula Alexandra dos Santos Ferreira	Assistente Técnica	Efetiva
Paula Margarida Monteiro Garcia	Assistente Técnica	Efetiva
Vítor Manuel da Silva Paulo	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público
José Manuel Henriques Veras	Motorista	Efetivo
Armando Pereira Pinto	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público
João Gonçalo Ferreira Moderno	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
João Manuel Artilheiro Valina	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
Valdemar Gaspar dos Ramos	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo

5. Administração

Por deliberação de Câmara de 14 de novembro de 2013, sob proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi nomeado o atual Conselho de Administração, nos termos do artigo 8.º, dos estatutos da empresa, com a seguinte composição:

- Presidente: Paulo Jorge Campos Vicente
- Vogal: Dr.ª Maria de Fátima Malesso Cardoso



Tendo tomado posse no dia 20 de novembro de 2013.

Por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, foi designado como Fiscal Único da Tumg – EM, Unipessoal, S.A., o Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas e como Fiscal Único Suplente, o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos, Revisor Oficial de Contas, tendo a proposta merecido aprovação em reunião da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014, dando cumprimento ao estabelecido no artigo 26.º, n.º3, da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto.

Por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2017, foi autorizada a cessão de posição contratual da João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda., representada pelo Dr. João Carlos Cunha da Cruz, admissível nos termos do artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos, desta para a Sociedade Marques, Cruz & Associado – SROC, Lda. tendo aquela cessado funções em 31 de dezembro de 2016. A Assembleia Municipal, em reunião de 24 de fevereiro de 2017, autorizou a referida cessão da posição contratual, pelo que desde 01 de janeiro de 2017, assumiu funções como Fiscal Único da empresa, a Sociedade Marques, Cruz & Associado – SROC, Lda., representada pelo Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas e como Fiscal Único Suplente, o Dr. Luis Guerra Marques, Revisor Oficial de Contas, até ao termo do respetivo mandato.

Os membros do Conselho de Administração não têm participações noutras entidades.

6. Investimento

Em 2016, o investimento em imobilizado situou-se nos 2.044,39 €, enquanto que em 2015 este valor atingiu os 218.538,70 €, o que se justifica pela necessidade de consolidar as alterações efetuadas ao nível do modelo de exploração.

Rubricas	2016	2015
Ativos Intangíveis		
Programas computador		
Ativos Fixos Tangíveis		
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	185.749,70
Equipamento Administrativo	2.044,39	32.789,00
Investimento em Curso Ativos Tangíveis		
Total	2.044,39	218.538,70



7. Análise Económica e Financeira

Introdução

Diversos fatores complementares surgidos em 2016, trouxeram implicações na vida da empresa, com reflexos no plano económico e financeiro, que se repercutiram no período em análise, implicando variações relativamente ao previsto no plano de atividades.

Do exercício findo em 2016, constata-se uma melhoria dos indicadores financeiros da empresa, conforme tabela seguinte:

Indicadores Financeiros		
Rácios		
	2016	2015
Liquidez geral	175,61%	120,04%
Ativo corrente/Passivo corrente		
Liquidez imediata	130,03%	94,65%
Dep. Banc. + Caixa/Passivo Corrente		
Autonomia Financeira	70,75%	53,74%
Capital Próprio/Ativo		
Endividamento	29,25%	46,26%
Passivo/Ativo		
Solvabilidade	241,84%	116,18%
Capital Próprio/Passivo		
Prazo Médio de Recebimentos	5	5
Clientes/Vendas + Prestação de Serv. X 365		
Prazo Médio de Pagamentos	146	100
Fornecedores/Compras + FSE X 365		
Rendibilidade do Capital Próprio	1,54%	0,74%
Resultado Líquido/Capital Próprio		
Rendibilidade Líquida do Ativo	1,09%	0,40%
Resultado Líquido/Ativo		
Rendibilidade Líquida das Vendas e Prest. Serv.	2,27%	1,02%
Resultado Líquido/Vendas + Prest. Serviços		

Rubricas	2016	
	2016	2015
Ativo Corrente	478.675,59 €	670.650,84 €
Passivo Corrente	272.581,97 €	558.681,57 €
Dep. Bancários + Caixa	354.443,65 €	528.799,41 €
Capital Próprio	659.209,16 €	649.085,15 €
Ativo	931.791,13 €	1 207.766,72 €
Passivo	272.581,97 €	55.681,57 €
Cientes	6.176,49 €	6.546,39 €
Vendas + Prestações de Serviços	445.099,85 €	468.965,75 €
Fornecedores	238.207,41 €	198.047,63 €
Compras + FSE	595.735,81 €	721.857,70 €
Resultado Líquido do Exercício	10.124,01 €	4.800,42 €

Financiamento

Em 2016 a empresa foi autossuficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

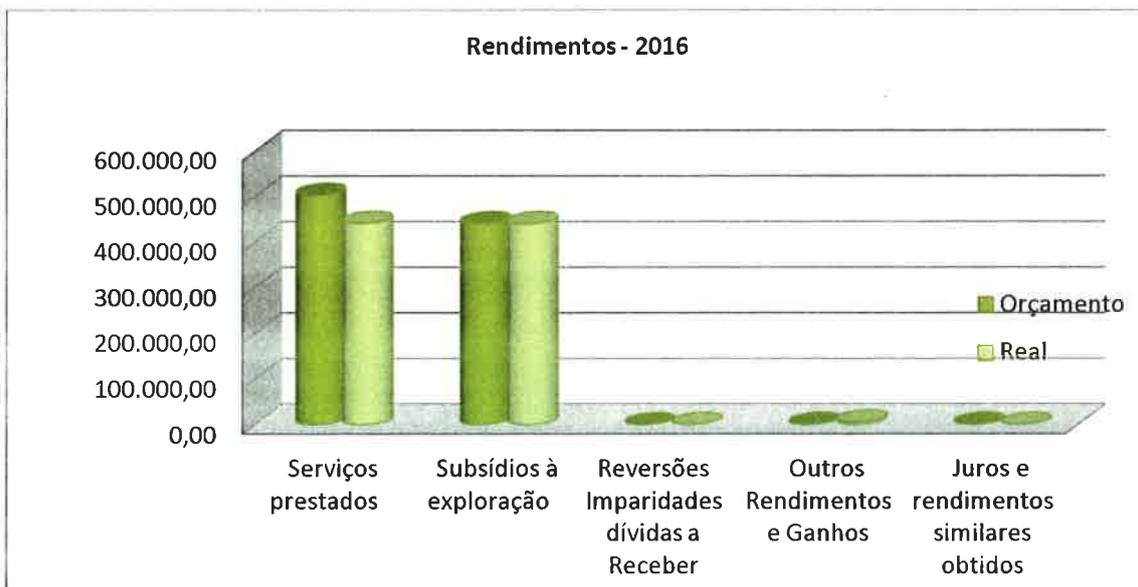
Rendimentos

A previsão orçamental dos rendimentos relativos a 2016 foi de 945.945,91 €, tendo a Tumg realizado o valor de 888.781,79 €.

Rubricas	2016		
	Orçamento	Real	Variação
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	503.332,67	441.799,85	-12,23%
Subsídios à exploração	440.832,57	440.832,57	0,00%
Reversões Imparidades dívidas a Receber	0,00	139,92	
Outros Rendimentos e Ganhos	843,96	6.008,41	+611,93%
Juros e rendimentos similares obtidos	936,71	1,04	-99,89%
Total	945.945,91	888.781,79	-6,04%

Da análise deste mapa, constata-se uma diferença percentual de -6,04% face à previsão orçamental. Esta redução no rendimento foi superior nos gastos e perdas, que registaram um desvio de -6,66%.

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do rédito, para o período em análise.



Rubricas

Rendimentos e Ganhos	2016	2015	Variação
Serviços prestados	441.799,85	468.965,75	-5,79%
Subsídios à exploração	440.832,57	423.216,81	+4,16%
Reversões	139,92	350,00	-60,02%
Outros Rendimentos e Ganhos	6.008,41	2.323,99	+158,54%
Juros e rendimentos similares obtidos	1,04	702,77	-99,85%
Total	888.781,79	895.559,32	-0,76%

Globalmente e apesar da diminuição da receita no segmento dos transportes escolares, conforme exposto anteriormente, o diferencial dos rendimentos e ganhos entre 2015 e 2016, foi de apenas -0,76€. A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” incluem 3.300,00 € resultantes de publicidade.

Gastos e Perdas



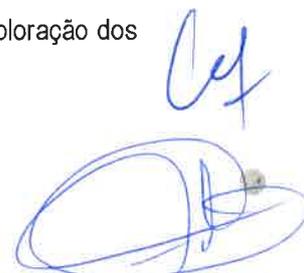
O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2016, foi de 941.355,56 €. O realizado foi de 878.657,78 €. No global verificou-se um desvio de - 6,66%.

Seguindo o mesmo esquema de análise dos rendimentos, o gráfico seguinte apresenta as diversas rubricas de gastos incorridos no exercício de 2016, comparativamente aos valores orçamentados

Rubricas	2016			
	Gastos e perdas	Orçamento	Real	Variação
CMVMC		0,00	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos		688.395,38	595.735,81	-13,46%
Gastos com o pessoal		183.293,19	190.333,47	+3,84%
Imparidade dívidas receber		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas		270,41	3.121,98	+1054,54%
Gastos de depreciação e amortização		68.091,27	86.261,54	+26,69%
Juros e gastos similares suportados		85,09	154,59	-81,68%
Imposto sobre rendimento período-corrente		1.220,22	3.050,39	149,99%
Total		941.355,56	878.657,78	-6,66%

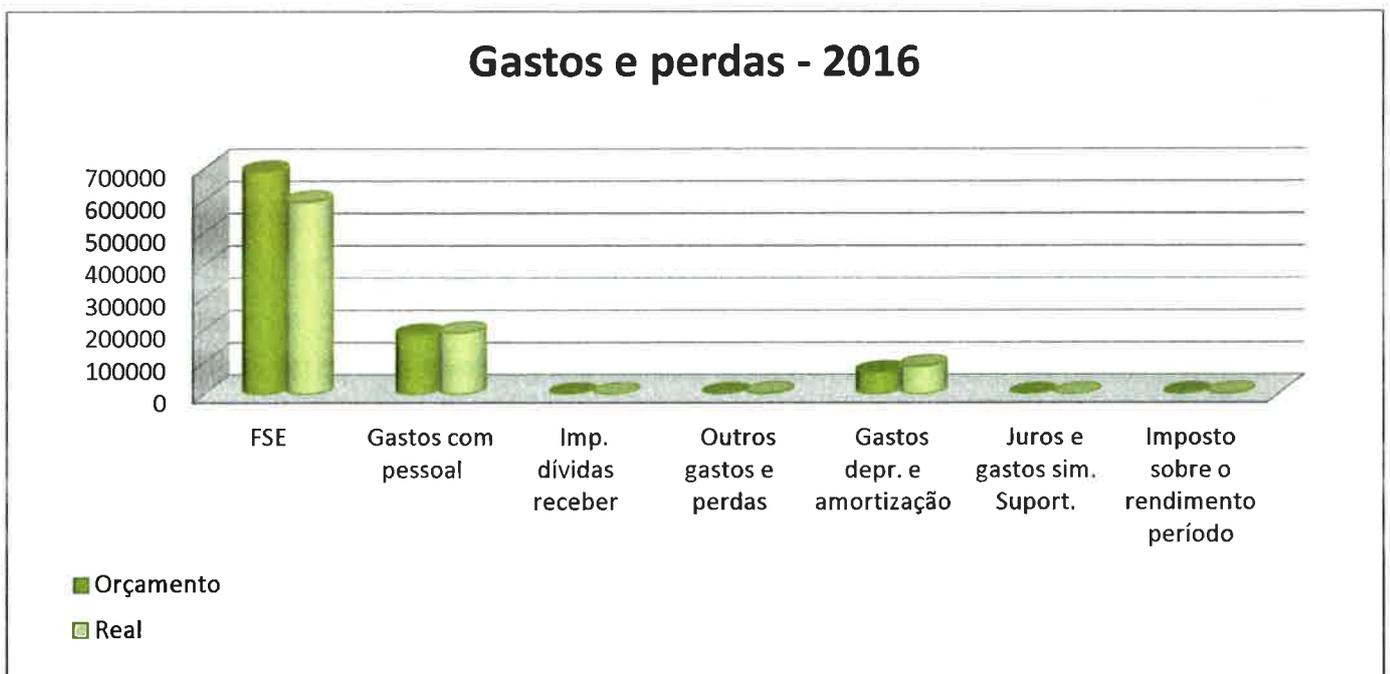
Rubricas	2016			
	Gastos e perdas	2016	2015	Variação
CMVMC		0,00	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos		595.735,81	721.857,70	-17,47%
Gastos com o pessoal		190.333,47	126.935,70	+49,94%
Imparidade dívidas receber		0,00	137,50	-100%
Outros gastos e perdas		3.121,98	1.401,55	+122,75%
Gastos de depreciação e amortização		86.261,54	39.012,15	+121,11%
Juros e gastos similares suportados		154,59	53,19	+190,64%
Imposto sobre rendimento período-corrente		3.050,39	1.361,11	+124,11%
Total		878.657,78	890.758,90	-1,36%

Em comparação a 2015, a rubrica de maior relevância refere-se aos fornecimentos e serviços externos, que em 2016 evidenciam uma diminuição de 17,47%. Esta diminuição deve-se à redução dos valores dos serviços subcontratados, designadamente em consequência da alteração do modelo de exploração dos transportes urbanos.



O aumento com os gastos de pessoal encontra justificação no facto de terem sido contratados 3 motoristas a fim de assegurar a operacionalização das viaturas próprias que operam nos transportes urbanos. De destacar ainda o aumento da rubrica "Gastos de depreciação e amortização", reflexo do valor do investimento efetuado em 2015, cuja amortização teve início em 2016.

Ainda assim, foi alcançada uma redução nos gastos na ordem dos 1,36% em comparação com o exercício de 2015.



Resultado

Como consequência dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se em 2016, um resultado líquido de 10.124,01 €, conforme mapa seguinte:

Rubricas	Orçamento	2016	2015
Rendimentos	945.945,91	888.781,79	895.559,32
Gastos	941.355,56	878.657,78	890.758,90
Impostos diferidos		0,00	0,00
Resultado Líquido	4.590,35	10.124,01	4.800,42

O resultado líquido alcançado representa um valor superior em 120,55% face ao valor projetado nos documentos previsionais e superior em 110,90% em relação ao resultado líquido alcançado em 2015.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

Rubricas	2016
Resultados transitados	9.112,00
Reserva legal	1.012,01
Total	10.124,01

9. Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

A empresa não tem dívidas à segurança social, assim como não existem dívidas em mora ao Estado.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício:

Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em atos fora do próprio objetivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efetuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

10. Publicidade de Participação de Acionistas e das Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Entidades	31-12-2016
Participação de acionistas:	
Município da Marinha Grande	100%
Participações detidas por Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização:	
Paulo Jorge Campos Vicente - Presidente	0%
Maria de Fátima Malessio Cardoso - Vogal	0%
João Carlos Cunha da Cruz - Revisor Oficial de Contas	0%

11. Considerações Finais

O Conselho de Administração expressa um firme reconhecimento e agradecimento aos membros dos restantes Órgãos Sociais, Assembleia Geral e Fiscal Único, pelo trabalho desenvolvido e pelo empenho demonstrado na defesa dos interesses da empresa.

Manifesta o seu reconhecimento e profundo apreço a todos os seus Colaboradores, que através do seu envolvimento direto, potenciaram a concretização dos objetivos estabelecidos.

O Conselho de Administração não pode deixar de expressar o seu especial agradecimento a todos os seus Utentes, pela confiança e preferência com que nos têm distinguido.

12. Demonstrações Financeiras

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período em análise, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo.

Marinha Grande, 15 de Março de 2017

O Conselho de Administração



Paulo Jorge Campos Vicente

Presidente



Maria de Fátima Malesso Cardoso

Vogal

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		euros	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	452.898,73	537.115,88
Participações financeiras - outros métodos		216,81	
Ativos por impostos diferidos	26	0,00	0,00
		453.115,54	537.115,88
Ativo Corrente			
Inventários	19	0,00	0,00
Clientes	28.1	6.176,49	6.546,39
Estados e outros entes públicos	31.1	67.670,77	85.136,72
Outras contas a receber	28.1	49.538,50	49.538,50
Diferimentos	31.2	846,18	629,82
Caixa e depósitos bancários	4.2/28.3	354.443,65	528.799,41
		478.675,59	670.650,84
Total do ativo		931.791,13	1.207.766,72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	31.3	338.000,00	338.000,00
Reservas legais	31.3	34.957,67	34.477,25
Resultados transitados	61.3	276.127,48	271.807,48
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período	31.3	10.124,01	4.800,42
Total do capital próprio	31.3	659.209,16	649.085,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10/28.4	0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	28.1	238.207,41	198.047,63
Estado e outros entes públicos	31.1	10.177,52	5.350,79
Financiamentos obtidos	10/28.4	0,00	0,00
Outras contas a pagar	28.1	21.837,36	353.167,59
Diferimentos	31.2	2.359,68	2.115,56
		272.581,97	558.681,57
Total do passivo		272.581,97	558.681,57
Total do capital próprio e do passivo		931.791,13	1.207.766,72

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31-12-2016			
		euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	21	441.799,85	468.965,75
Subsídios à exploração	21	440.832,57	423.216,81
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-595.735,81	-721.857,70
Gastos com o pessoal	29	-190.333,47	-126.935,70
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28.2	139,92	212,50
Outros rendimentos e ganhos	21	6.008,41	2.323,99
Outros gastos e perdas	0	-3.121,98	-1.401,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		99.589,49	44.524,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-86.261,54	-39.012,15
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13.327,95	5.511,95
Juros e rendimentos similares obtidos	21	1,04	702,77
Juros e gastos similares suportados	11	-154,59	-53,19
Resultado antes de impostos		13.174,40	6.161,53
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	26	-3.050,39	-1.361,11
Imposto sobre o rendimento do período - Diferido	26	0,00	0,00
Resultado líquido do período		10.124,01	4.800,42
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			


O Técnico Oficial de Contas


O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS ANUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2016

Euro

DESCRICOÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital do acionista											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio			
	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período						
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Primeira adoção novo referencial contabilístico																	
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS																	
Outras alterações reconhec. no capital próprio					7.761,97					69.849,00					-77.610,97		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															4.800,42		
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
POSICÃO NO FIM DE 2015	338.000,00	0,00	0,00	0,00	34.477,25	0,00	271.807,48	0,00	0,00	4.800,42	649.085,15	0,00	649.085,15				
POSICÃO NO INÍCIO DE 2016	338.000,00	0,00	0,00	0,00	34.477,25	0,00	271.807,48	0,00	0,00	4.800,42	649.085,15	0,00	649.085,15				
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Primeira adoção novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Outras alterações reconhec. no capital próprio					480,42		4.320,00			-4.800,42							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																	
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
POSICÃO NO FIM DE 2016	338.000,00	0,00	0,00	0,00	34.957,67	0,00	276.127,48	0,00	0,00	10.124,01	659.209,16	0,00	659.209,16				

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		964.492,65	898.997,98
Pagamentos a fornecedores		-944.436,70	611.370,70
Pagamentos ao pessoal		-190.333,47	126.935,70
Caixa gerada pelas operações		-170.277,52	160.691,58
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.711,89	-16.273,20
Outros recebimentos/pagamentos		-3.275,53	3.376,76
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-171.841,16	147.795,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.514,60	-36.763,10
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2.514,60	-36.763,10
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-10.141,42
Juros e gastos similares		0,00	-53,19
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-10.194,61
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-174.355,76	100.837,42
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		528.799,41	427.961,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período		354.443,65	528.799,41



O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

B. Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da Entidade

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, Unipessoal SA

1.2. Sede

Rua Pereira Crespo, s/n, 2430-246 Marinha Grande

1.3. NIPC

505 849 348

1.4. Natureza da Atividade

A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de Novembro de 2001, cujos estatutos foram publicados no DR nº 285 de 10 de Dezembro de 2002.

A Tumg presta serviços de Transportes Públicos de Passageiros e de gestão do estacionamento de duração limitada, na área do Município da Marinha Grande.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho de 2010, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 02 de Junho. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente período do exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC



2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não se aplica

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

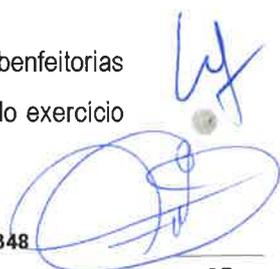
As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Equipamento Básico	6 Anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 Anos
Outas Instalações de Uso Específico	10 Anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.



Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo ao ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários

Mercadorias e matérias-primas:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o fifo (First In, First Out), como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecida líquido de imposto, pelo justo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o Rendimento

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de "outros terceiros" ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas " outras contas a receber e a pagar" e " deferimentos".

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.

As obrigações de correntes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	560,00	Corresponde ao saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	351.833,65	
Depósitos a prazo	13	2.000,00	
Total		354.443,65	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Tumg.

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2016, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

6. Partes Relacionadas

Não se aplica

7. Ativos Intangíveis

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Intangíveis

Descrição	31/12/2015	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf.	31/12/2016
Ativos Intangíveis						
Programas de Computador	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Depreciações acumuladas	125,00		0,00			125,00
Perdas por imparidade	0,00					
Depreciação acumulada	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8. Ativos Fixos Tangíveis

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Tangíveis Brutos

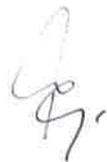
Descrição	31-12-2015	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf.	31-12-2016
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	19.390,00	0,00		0,00	0,00	19.390,00
Edifícios e Out. Construções	158.524,77	0,00		0,00	0,00	158.524,77
Equipamento Básico	701.529,39	0,00	487,80	0,00	0,00	702.017,20
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	96.905,94	0,00	1.556,59	0,00	0,00	98.462,53
Outros ativos Tangíveis	173,36	0,00		0,00	0,00	173,36
Investim. curso Ativos Tangív.	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	976.523,46	0,00	2.044,39	0,00	0,00	978.567,86
Depreciações Acumuladas	439.407,59		86.261,54			525.669,13
Perdas por Imparidade						
Depreciação Acumulada	439.407,59	0,00	86.261,54	0,00	0,00	525.669,13
Ativo Tangível Líquido	537.115,87	0,00	0,00	0,00	0,00	452.898,73

9. Ativos não correntes detidos para venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Não se aplica

10. Locações

Não se aplica



11. Custo dos Empréstimos Obtidos

O custo dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

Juros e gastos similares suportados	2016	2015
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	0,00	53,19
De mora e compensatórios	a) 154,44	
Outros	0,15	0,00
Total	154,59	53,19

a) Juros decorrentes do acerto de liquidação de IRC relativo aos anos 2013 e 2014

12. Propriedades de Investimento

Não se aplica

13. Imparidade de Ativos

Não se aplica

14. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

Não se aplica

15. Concentração de Atividades Empresariais

Não se aplica

16. Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Não se aplica

17. Exploração e Avaliação de Recursos Naturais

Não se aplica





18. Agricultura

Não se aplica

19. Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 não haviam existências de mercadorias ou matérias-primas, os inventários da entidade não tinham qualquer valor.

Quantia de Inventários reconhecida como gastos durante o período

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 não existe quantia de inventários reconhecida como um gasto.

20. Contratos de Construção

Não se aplica

21. Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito, reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:





Réditos	2016	2015	Variação
Prestação de serviços			
Aluguer de Autocarros	235.997,82	272.551,96	-36.554,14
Transportes Públicos de Passageiros	141.279,77	134.905,70	6.374,07
Estacionamento	64.522,26	59.908,09	4.614,17
Serviços Secundários	0	1.600,00	-1.600,00
Subsídios à exploração			
Contrato Programa	440.832,57	423.216,81	17.615,76
Reversões			
Em dívidas a receber	139,92		
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	6.008,41	2.323,99	3.684,42
Juros			
Depósitos bancários	1,04	702,77	-701,73
Total	888.781,79	895.209,32	-6.567,45

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2016 e 2015, são provenientes de:

Subsídios à exploração	2016	2015
Contrato Programa	440.832,57	423.216,81
Total	440.832,57	423.216,81

22. Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes

· Não se aplica

23. Subsídio do Governo e Apoios do Governo

Não se aplica

24. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio



Não se aplica

25. Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2017.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

26. Impostos Sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 podem ser detalhadas como segue.

A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é a seguinte:

Imposto sobre o Rendimento	2016	2015
Resultados antes de impostos	13.174,40	6.161,53
Taxa nominal de imposto		
Taxa nominal de imposto	23,15%	22,09%
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	3.050,39	1.361,11
Total	3.050,39	1.361,11

Referente a correções no IRC relativo aos anos 2013 e 2014, no exercício de 2016, a empresa foi reembolsada em 2.708,40 €, tendo liquidado 2.491,72 € acrescidos de 154,44 € de juros de mora, conforme nota 11 do presente Anexo.

27. Matérias Ambientais

Não se aplica

28. Instrumentos Financeiros

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

28.1. Fornecedores/Clientes/Outras Contas a Receber e a Pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Ativos e Passivos Correntes	2016			2015		
	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total
Ativos						
Cientes	11.705,95	5.529,46	6.176,49	12.215,77	5.669,38	6.546,39
Outras contas a receber	49.538,50	0,00	49.538,50	49.538,50	0,00	49.538,50
Total do Ativo	61.244,45	5.529,46	55.714,99	61.754,27	5.669,38	56.084,89
Passivos						
Fornecedores	238.207,41	0,00	238.207,41	198.047,63	0,00	196.047,63
Outras Contas a Pagar	21.837,36	0,00	21.837,36	353.167,59	0,00	353.167,59
Total do Passivo	260.044,77	0,00	260.044,77	551.215,22	0,00	551.215,22

28.2. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades Acumuladas de Acordo com a Antiguidade dos Valores em Dívida	Dívida de Clientes	Perdas por Imparidade Acumul. das Dívidas dos Clientes	%
Mora mais de 24 Meses	5.529,46	5.529,46	100%
Total	5.529,46	5.529,46	

28.3. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:



Caixa e depósitos bancários	2016	2015
Ativos		
Caixa	560,00	560,00
Depósitos à ordem	351.883,65	526.239,41
Outros depósitos bancários	2.000,00	2.000,00
Total	354.443,65	528.799,41

28.4. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Financiamentos obtidos, por via da locação financeira, não apresenta valores por amortizar.

29. Benefícios de Empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2016	2015
Remunerações	152.438,85	101.207,69
Encargos sobre remunerações	32.520,57	22.311,46
Seguros de acidentes de trabalho	2.791,95	2.018,59
Outros gastos	2.582,10	1.397,96
Total	190.333,47	126.935,70

30. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Não se aplica

31. Outras Informações

31.1. Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Estado e outros Entes Públicos apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	2016	2015
	Corrente	Corrente
Ativos		
Imposto sobre o Rendimento /Pagamento por Conta	996,77	16.273,20
Imposto sobre o Rendimento/A recuperar	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o Rendimento	0,00	175,67
Imposto sobre o Valor Acrescentado/A Recuperar	66.674,00	68.687,85
Total	67.670,77	85.136,72
Passivos		
Imposto sobre o Rendimento Estimado	3.050,39	1.361,11
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	2.419,00	1.347,93
Imposto sobre o Valor Acrescentado/A Pagar	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	3.112,76	1.753,86
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	1.595,37	887,89
Total	10.187,52	5.350,79

31.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2016	2015
	Corrente	Corrente
Ativos		
Gastos a Reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	846,18	629,82
Seguros	0,00	0,00
Total	846,18	629,82
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	2.359,68	2.115,56
Total	2.359,68	2.115,56

31.3. Capitais próprios

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

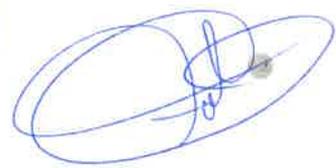


Capitais Próprios	2016	2015
Capital próprio		
Capital Realizado	338.000,00	338.000,00
Reservas Legais	34.957,67	34.477,25
Resultados Transitados	276.127,48	271.807,48
Resultado Líquido do Período	10.124,01	4.800,42
Total	659.209,16	649.085,15

31.4. Informação sobre as situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto

Conforme se demonstra no quadro seguinte, nos três últimos exercícios não se verificam nenhuma das situações referidas nas alíneas a) a d):

Lei n.º 50/2012	2013	2014	2015
Alinea a):			
Vendas/Prestação de Serviços	498.850,11 €	475.635,20 €	468.965,75 €
Gastos Totais	839.246,56 €	873.587,74 €	890.621,40 €
% (V+PS/Gastos Totais)	59%	54%	53%
Alinea b):			
Subsídios	395.177,16 €	449.062,66 €	423.216,81 €
Receitas Totais	898.546,25 €	976.010,76 €	895.421,82 €
% (Subsídios/Receitas Totais)	44%	46%	47%
Alinea c):			
Resultado Operacional	55.481,76 €	101.036,61 €	5.511,95 €
Alinea d):			
Resultado Líquido	43.183,48 €	77.610,97 €	4.800,42 €

Marinha Grande, 15 de Março 2017

TOC nº 10 677



Fernando J Carvalho

Conselho de Administração

Presidente



Paulo Jorge Campos Vicente

Vogal



Marla de Fátima Malessio Cardoso



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2016

Exmo. Accionista Único

da' TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA

De acordo com o disposto alínea j) do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e subsequentes alterações, e no cumprimento das funções de Fiscal Único da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da sociedade, averiguamos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da sociedade, procedemos à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como à verificação dos valores patrimoniais da empresa e por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, efectuamos testes por amostragem às transacções e saldos e levamos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e, com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

O Relatório de Gestão traduz a actividade desenvolvida neste exercício e a evolução previsível dos negócios da sociedade. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem o resultado das operações da sociedade e os seus fluxos de caixa.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo e conduzem a uma adequada avaliação do património social.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual consideramos parte integrante deste relatório.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da empresa, pelo que formulamos o seguinte parecer:

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Accionista Único,

Procedemos à acção fiscalizadora de TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, nos termos do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e subsequentes alterações, do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

- a) Merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2016;
- b) Merece aprovação a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- c) Procedam à apreciação da Administração e Fiscalização da sociedade.

Marinha Grande, 17 de Março de 2017

Marques, Cruz & Associado

SROC n.º 218 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 931.791,13 euros e um total de capital próprio de 659.209,16 euros, incluindo um resultado líquido de 10.124,01 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

1

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

2

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Marinha Grande, 17 de Março de 2017

4

Marques, Cruz & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

SROC n.º 218 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228

